

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DAVID HELD, *GLOBAL COVENANT. THE SOCIAL-DEMOCRATIC ALTERNATIVE TO THE WASHINGTON CONSENSUS*

Londres, Polity, 2004, 201 pp.

No seu último livro, David Held ordena um conjunto de ensaios sobre a evolução do sistema internacional no pós-Guerra Fria e no pós-11 de Setembro, em que articula uma visão aberta e voluntarista sobre a globalização, o fortalecimento da sociedade civil internacional e o modelo de ordenamento multilateral.

O sentido geral é marcadamente político e representa uma definição brilhante de um programa internacional equivalente ao programa interno do New Labour, assente num «novo internacionalismo», que é descrito como uma forma de cosmopolitismo, uma visão das relações internacionais que parte da defesa sem fronteiras dos direitos humanos e da necessidade de regular uma globalização que acentua as desigualdades para a subordinação das lógicas estratégicas e dos interesses específicos dos Estados Unidos e da União Europeia a um «sistema multilateral», em

vez de um sistema multipolar. Um programa que é suposto demonstrar como é possível domar a anarquia internacional opondo a bondade multilateral à maldade dos estados ocidentais.

A intenção é admirável e os argumentos estão impecavelmente enunciados. Porém, David Held parte de um equívoco, para chegar a um dilema, sem resolver um enigma. O equívoco é considerar equivalentes os três mil mortos do 11 de Setembro e as trinta mil crianças que morrem de doenças de que podem ser protegidas: as consequências dos massacres terroristas chegam para demonstrar que as duas quantidades não são comparáveis. O dilema fica resumido na dificuldade de encontrar, por exemplo, uma fórmula de reforma do Conselho de Segurança – o critério da democratização regional é contraditório nos seus próprios termos – ou na inclinação para banalizar os problemas críticos da segurança internacional, quando se propõe a formação paralela de um Conselho de Segurança Económico e Social. O enigma está na legitimidade, a mudança a partir da qual se pode desenvolver o programa kantiano da cosmopolítica, na condição de

compreender que a solidariedade entre os homens de boa vontade não existe, com eficácia, sem os estados nacionais e muito menos pode substituir as responsabilidades dos estados, sem os quais nem as democracias, nem as instituições multilaterais conseguem sobreviver. Clausewitz tem razão quando escreve que os piores erros são os que resultam das boas intenções.

DEEPAK LAL, IN PRAISE OF EMPIRES. GLOBALIZATION AND ORDER

Nova York, Palgrave-Macmillan, 2004, 304 pp.

Longe do Ocidente, os impérios voltam a estar na moda. Pelo menos é esse o argumento de Deepak Lal, um sobrinho de Nehru, antigo diplomata indiano, administrador do Banco Mundial e professor de Economia em Oxford, para quem a fragmentação do sistema internacional em estados nacionais não passa de uma especificidade europeia, uma anomalia que vai ser substituída pelo regresso da ordem natural dos impérios, objecto do seu elogio.

Para Deepak Lal, as tragédias do século XX teriam sido evitadas se o império britânico e o império americano se tivessem unido nos finais do século XIX, para consolidar a ordem liberal da primeira globalização. No fim da Guerra Fria, há uma segunda oportunidade para restaurar esse caminho, com a revelação do estatuto imperial dos Estados Unidos, sobretudo depois do 11 de Setembro, com a nova tendência de globalização e com a liberalização das economias dos velhos impérios asiáticos, incluindo a China e a Índia, cuja integração numa Nova Ordem Económica Liberal é penhor da estabilidade do sistema internacional.

Há, todavia, dois ou três obstáculos que podem comprometer esse futuro. Desde logo, é preciso neutralizar as Nações Unidas e a sua aliança com o «imperialismo ético» e o «imperialismo ecológico» das organizações não-governamentais, que prejudicam a integração da China e da Índia e o desenvolvimento dos países mais atrasados, em nome de ideologias ocidentais. Paralelamente, os Estados Unidos têm de impor a sua preeminência internacional e, nomeadamente, impedir uma União Europeia que se pode tornar num travão da globalização, uma vez que a emergência de uma enorme força de trabalho educada na China e na Índia põe em causa os privilégios adquiridos das classes médias europeias. Por último, a República imperial tem de desistir do internacionalismo democrático dos neoconservadores e concentrar-se na liberalização económica, a única maneira de garantir a modernização sem pôr em causa a identidade dos outros impérios. Ao lado de Deepak Lal, os conservadores ocidentais são perigosos esquerdistas.

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL, MAPPING THE GLOBAL FUTURE

Washington, NIC 2020 Project, Dezembro de 2004, 123 pp.

O Conselho Nacional de Informações dos Estados Unidos, dirigido por Robert Hutchings, reuniu vinte e cinco especialistas e três prospectivistas – Ted Gordon, do Millenium Project das Nações Unidas, Jim Dewar, da RAND Corporation e Ged Davis, o grande especialista no desenvolvimento de cenários da Shell –

para realizar um exercício de previsão sobre a evolução das tendências estratégicas, políticas e económicas de evolução nos próximos quinze anos.

Os resultados são tão interessantes para imaginar o futuro, como para compreender as percepções norte-americanas sobre a política internacional no pós-11 de Setembro. O relatório trata de quatro temas – a globalização, o equilíbrio entre as potências, a governabilidade e a segurança. Em geral, os cenários antecipam um período longo de mudança acelerada em todos os domínios. Os Estados Unidos mantêm a sua posição preponderante, mas perdem poder relativo, quer com a emergência da China e da Índia, quer com a importância crescente da União Europeia. A posição norte-americana garante a contenção dos conflitos entre as grandes potências, na condição de conseguir integrar as «potências arrivistas» – a China e a Índia – e de impedir os piores efeitos das crises demográficas nas «potências envelhecidas» – Europa, Japão, Rússia. Para integrar as potências emergentes, os Estados Unidos precisam de adaptar a ordem internacional e alterar as suas alianças para garantir os equilíbrios regionais na Europa e na Ásia. Nessas condições, a globalização pode continuar e o crescimento exponencial da economia internacional garante uma lógica de interdependência indispensável para conter o regresso da guerra.

Mas o risco de uma escalada existe, em múltiplos registos: uma coligação entre a China e a União Europeia reduz a capacidade de equilibração dos Estados Unidos, o enorme aumento da força de trabalho chinesa e indiana prejudica as classes

médias ocidentais e pode provocar fortes movimentos proteccionistas contra a globalização, a somar às pressões migratórias e ao fanatismo do terrorismo pan-islâmico. Mais importante, a ascensão da China, um regime fechado, bem como a da Índia, uma democracia aberta, podem não ser pacíficas, como resulta da evocação da Alemanha como precedente. No futuro, a única certeza é a mudança.

MONIQUE CANTO-SPERBER, LE BIEN, LA GUERRE ET LA TERREUR. POUR UNE MORALE INTERNATIONALE

Paris, Plon, 2005, 359 pp.

O regresso da teologia estratégica, com a evocação inquietante do Eixo do Mal, marca a viragem hobbesiana provocada pelos massacres do 11 de Setembro de 2001.

Monique Canto-Sperber, filósofa e membro do Conselho Nacional de Ética em França, escreveu o seu primeiro livro sobre política internacional para defender duas teses. A primeira pretende que a moral é necessária tanto para compreender as relações internacionais, como para vencer o medo que resulta do caos imposto pelo niilismo terrorista. A segunda reclama a revisão do ideal moral de uma democracia mundial pacificada, assente na universalidade dos direitos e na igualdade dos estados, manifestamente inviável nas condições presentes da política internacional, em que, mais uma vez, as paixões prevalecem sobre os interesses.

Os fundamentos da primeira tese exigem o reconhecimento do Estado nacional moderno como uma entidade moral,

no triplo sentido em que é o quadro insubstituível da democracia pluralista, o produtor do direito internacional e o pilar das instituições multilaterais e ainda a única referência estável de racionalidade na política internacional. Sem o Estado, não há nem liberalismo, nem internacionalismo, nem condições mínimas para o equilíbrio internacional e o respeito pela diversidade das culturas e das civilizações. A finalidade da segunda tese é denunciar o «unilateralismo moral» das ideologias cosmopolíticas e multilateralistas que não só querem destruir os estados como travar as novas guerras em nome da moral: contra a ressurgência do espírito de cruzada, é preciso opor às «guerras morais» – as *righteous*

wars – os princípios antigos da guerra justa e recuperar Kant, para quem a paz depende da aliança dos príncipes republicanos e não de uma estrutura imperial ou supranacional. A demonstração das teses de Monique Canto-Sperber é tão interessante como a sua reavaliação das teorias da moral internacional e da guerra justa. Mas o seu possibilismo moral continua a ter de enfrentar o rigor da fórmula de Hobbes, para quem a moral exige a imposição das condições que impedem a guerra entre os estados e não apenas a multiplicação das garantias colectivas que tornam a guerra menos provável. Nesse sentido também, o regresso a Hobbes é indispensável.

Carlos Gaspar

POLÍTICA EXTERNA AMERICANA

ROBERT S. THOMPSON, *HOW AMERICA TOOK OVER THE BRITISH EMPIRE*

New Jersey, John Wiley & Sons, 2004, 360 pp.

Numa altura em que tanto se discute a forma, o conteúdo e a legitimidade do protagonismo dos Estados Unidos na ordem internacional vale a pena visitar as origens desse mesmo protagonismo e dessa presença global. É o que faz Robert S. Thompson, professor de Relações Internacionais na Universidade da Carolina do Sul, no seu *How America Took over the British Empire*, publicado em 2004. Numa análise que se estende desde o início da I até ao final da II Guerra Mundial, Thompson demonstra que o «império» americano não surgiu do nada, representando, em grande parte, uma assunção

por parte dos Estados Unidos de responsabilidades políticas, económicas e militares nas esferas de influência do antigo Império Britânico.

O argumento não é novo, tendo sido já amplamente demonstrado por muitos dos historiadores referenciados por Thompson na sua bibliografia. Provavelmente, a maior originalidade do livro reside na construção da própria narrativa que o autor recheia de pequenas histórias pitorescas, declarações de protagonistas retiradas de diários ou de cartas pessoais e citações frequentes, oriundas de biografias e de memórias de alguns dos principais intervenientes nos acontecimentos relatados. Por conseguinte, um trabalho onde, de forma explícita, a teoria das relações internacionais se encontra ausente e no qual o autor assume um discurso histó-

rico predominantemente narrativo, sem grandes preocupações teóricas.

Thompson mostra-nos assim que entre o final do século XIX e os meados do século XX ocorreu um processo gradual de substituição da Grã-Bretanha pelos Estados Unidos enquanto potência hegemónica na cena internacional. Este «recentramento» do sistema internacional conheceu um momento decisivo aquando da I Guerra Mundial, sendo simbólicas as palavras do Presidente Woodrow Wilson reclamando não apenas a derrota da Alemanha mas também a dissolução dos impérios coloniais britânico e francês. Embora este objectivo tenha persistido nas administrações seguintes, foi a II Guerra Mundial que veio proporcionar os meios e a oportunidade para os Estados Unidos «assumirem» as responsabilidades imperiais britânicas. Coube aos Estados Unidos preencher o vazio resultante da dissolução dos impérios coloniais europeus – em especial do britânico –, reconstruir a Europa e o Japão, «invadir» o mundo com a sua rede de bases militares e com os seus dólares e, por fim, «jogar uma versão actualizada do grande jogo britânico do século XIX»: a contenção da Rússia. A *Pax Americana* que substituiu a *Pax Britannica* não foi (nem é) um império composto por possessões coloniais, mas em tudo o mais, como conclui Robert Thompson, representa um império semelhante ao Império Britânico. Para o autor, a invasão do Iraque levada a cabo pela administração de George W. Bush representou, afinal, o culminar deste longo processo de ambição e de crescendo imperial por parte dos Estados Unidos.

PATRICK J. HEARDEN, ARCHITECTS OF GLOBALISM: BUILDING A NEW WORLD ORDER DURING WORLD WAR II

Fayetteville, The University of Arkansas Press, 2002, 418 pp.

Neste excelente livro, o historiador Patrick Hearnden, da Universidade de Purdue, demonstra como ainda durante a II Guerra Mundial os Estados Unidos começaram a elaborar os seus planos estratégicos para a nova ordem internacional que iria emergir no final do conflito. Os funcionários do Departamento de Estado liderado por Cordell Hull – verdadeiros «arquitectos do globalismo» – imaginavam uma nova ordem internacional assente nos princípios do liberalismo e do capitalismo e acreditavam que, ao invés do sucedido no final da I Guerra, os Estados Unidos deveriam assumir um papel activo e decisivo na construção dessa mesma ordem.

O livro, apoiado numa utilização exaustiva de fontes primárias e de bibliografia secundária, começa com uma análise das visões norte-americanas para o mundo do pós-guerra elaboradas ainda antes de Pearl Harbor e detém-se, naqueles que são os seus principais capítulos, nos diversos planos e cenários elaborados pelo Departamento de Estado para a Europa, a Ásia, a África, o Médio Oriente e também para questões mais concretas como a criação da Organização das Nações Unidas, a reintegração da Alemanha no sistema internacional e a contenção da União Soviética no Leste europeu. Embora seja dado um maior destaque à componente económica do «sistema liberal-capitalista» que Cordell Hull e o Departamento de

Estado desejavam para o pós-guerra, o livro não ignora os aspectos políticos e militares que faziam parte destes planos. Um dos capítulos mais bem conseguidos é, sem sombra de dúvida, aquele que aborda a preocupação das administrações Roosevelt (e Truman, na fase final da guerra) com a « projecção do poder americano » no mundo do pós-guerra. Existia em Washington um relativo consenso em relação à necessidade de manter um forte dispositivo militar norte-americano, preparado para responder a um eventual ataque aos Estados Unidos e também para proteger os interesses comerciais e financeiros norte-americanos. Para tal, desde cedo que a Administração Roosevelt recomendou a adopção de um sistema de treino militar « universal » e também a criação de uma vasta rede de bases militares no estrangeiro que permitisse aos Estados Unidos projectar o seu poder na ordem internacional do pós-guerra.

Uma das principais conclusões de Hearden é de que a força dos « arquitectos do globalismo » se baseou, em grande parte, na sua capacidade de conseguir articular « objectivos idealistas e humanitários » com « objectivos económicos e estratégicos » (p. xii). Partindo do princípio de que o sistema político e económico dos Estados Unidos deveria ser aplicável ao resto do mundo, os norte-americanos pretendiam promover autodeterminação, democracia e liberalismo económico, não apenas « devido ao seu desejo de ajudar outros países » mas também por acreditarem ser este o cenário que melhor favorecia os interesses norte-americanos a longo prazo (p. xiii).

ANNI P. BAKER, AMERICAN SOLDIERS OVERSEAS. THE GLOBAL MILITARY PRESENCE

Westport, Connecticut, Praeger, 2004, 204 pp.

O livro de Anni Baker, *American Soldiers Overseas. The Global Military Presence*, debruça-se sobre a evolução da presença militar norte-americana no estrangeiro, concentrando-se sobretudo no período que decorre desde a II Guerra Mundial até à actualidade. Fá-lo dando especial relevo à vasta rede de bases militares criada e mantida pelos Estados Unidos nos vários continentes desde meados do século XX. Baker, professora no Departamento de História do Wheaton College, aborda assim uma das condições fundamentais para o exercício e manutenção do papel hegemónico assumido pelos Estados Unidos no sistema internacional após a II Guerra Mundial.

O trabalho constitui uma abordagem multidisciplinar da temática enunciada, não se centrando unicamente nos aspectos político-militares e estratégicos mas abordando, de forma inovadora e aprofundada, as dimensões económica, social e cultural de que se reveste a presença militar norte-americana no estrangeiro. O resultado final é um livro de leitura entusiasmante, embora com uma estruturação algo desconcertante. Os primeiros capítulos têm uma ordenação essencialmente cronológica, começando a autora por analisar a evolução e desenvolvimento das forças armadas norte-americanas, praticamente desde a independência dos Estados Unidos até à I Guerra Mundial. Depois, Baker detém-se com mais pormenor na II Guerra Mundial, momento que provocou transformações profundas na

dimensão, estrutura e organização das forças militares norte-americanas. O capítulo seguinte, um dos mais interessantes de todo o livro, aborda a criação do sistema de bases norte-americanas no início da Guerra Fria e a sua evolução até à década de 1950. Aqui, mais do que uma simples análise político-militar, a autora debruça-se sobre temas que poderíamos chamar de história social e cultural: a vida quotidiana das famílias dos militares deslocados nas bases, a criação das chamadas *little americas*, por exemplo, na República Federal da Alemanha e no Japão, os contactos políticos, culturais e pessoais dos militares com as comunidades de acolhimento e os diversos problemas daí resultantes. O quarto capítulo do livro remete-nos para um primeiro momento de crise e de contestação à presença militar norte-americana no exterior que se prolongou desde a crise franco-americana do final da década de 1950 até à década de 1970, sob o impacto do envolvimento militar dos Estados Unidos no Vietname.

Os capítulos seguintes abandonam a lógica cronológica em que se baseia a primeira parte do livro e centram-se em quatro casos específicos da presença militar norte-americana no exterior. O estudo de Baker ganha ainda mais fôlego no que respeita à sua abordagem multidisciplinar e temas como soberania, colonialismo, segurança internacional e prostituição entrecruzam-se na abordagem da presença militar dos Estados Unidos em locais tão distintos como o Panamá, as Filipinas, o Japão e a Coreia do Sul.

Feito o balanço, o livro de Anni Baker constitui um excelente trabalho sobre a

evolução da presença militar norte-americana no exterior, elaborado com recurso a um excelente leque de leituras secundárias e também de imprensa da época. Devido à sua estrutura, a obra assemelha-se mais a uma colecção de artigos, problema que poderia ter sido ultrapassado com uma conclusão final que retomasse as conclusões parcelares dos diversos capítulos. O último capítulo do livro, porém, é constituído por escassas nove páginas relativas ao período pós-Guerra Fria, na sua quase totalidade dedicadas à evolução da situação no Médio Oriente.

**NORMAN HERZ, OPERATION ALACRITY.
THE AZORES AND THE WAR IN THE
ATLANTIC**

Annapolis, Maryland, Naval Institute Press, 2004, 368 pp.

Durante a II Guerra Mundial, o arquipélago dos Açores foi encarado pelas autoridades militares norte-americanas como um ponto estratégico fundamental para o desenvolvimento das suas operações. Embora os primeiros planos para uma ocupação preventiva dos Açores tenham sido elaborados ainda em 1941, só em Novembro de 1944 seria assinado um acordo entre os governos de Portugal e dos Estados Unidos autorizando as forças militares norte-americanas a construir e utilizar uma base aérea na ilha de Santa Maria. Porém, a presença de militares norte-americanos nos Açores teve início quase um ano antes, no seguimento do acordo luso-britânico das Lajes, de Agosto de 1943. Embora este acordo não contemplasse a presença permanente de unidades norte-americanas nos Açores, algum tempo

depois, a Inglaterra e os Estados Unidos assinaram um acordo que permitiria ao Air Transport Command norte-americano fazer um número limitado de aterragens na base das Lajes em troca de auxílio aos britânicos no melhoramento e ampliação das instalações existentes na ilha Terceira. Foi assim que, no último dia de 1943, 552 «Seabees» norte-americanos do 96.º Batalhão de Construções da Marinha embarcaram a bordo do *Abraham Lincoln* e partiram de Davisville, em Rhode Island, para os Açores, acompanhados de duas mil e quinhentas toneladas de material de construção. Dias depois, com o mesmo destino, partiria de Hampton Roads, na Virgínia, o 928.º Regimento de Engenharia da Força Aérea, composto por cerca de trezentos militares norte-americanos. Entre eles estava Norman Herz, autor do livro *Operation Alacrity. The Azores and the War in the Atlantic*, publicado no final de 2004.

Trata-se de um raro registo memorialístico de um dos militares que esteve envolvido nas actividades dos Estados Unidos nos Açores durante a II Guerra Mundial. Norman Herz, professor emérito de Geologia na Universidade da Geórgia, escreveu um livro recheado de

pormenores curiosos (alguns deles desconhecidos) para quem se interesse pelo estudo da presença norte-americana no arquipélago dos Açores durante a II Guerra Mundial. Herz completou as suas memórias e impressões pessoais com algum trabalho de investigação, recorrendo sobretudo a fontes entretanto publicadas nos Estados Unidos e também a alguns documentos de arquivos militares norte-americanos. O livro tem uma sequência cronológica e assemelha-se, na sua maior parte, a um diário. Não constituindo um trabalho académico por excelência, trata-se de um texto de bastante valor para quem queira entender não apenas as origens da presença norte-americana no arquipélago dos Açores mas também o modo como os Estados Unidos, durante a II Guerra Mundial e nos anos iniciais da Guerra Fria, assumiram de forma decidida a sua preponderância no sistema internacional, substituindo a Inglaterra nas suas esferas tradicionais de influência e criando um vasto sistema de bases militares no qual os Açores desempenharam, até aos dias de hoje, um papel fundamental.

Luís Nunes Rodrigues

MÉDIO ORIENTE

JUDITH PALMER HARIK, HEZBOLLAH: THE CHANGING FACE OF TERRORISM

Londres, I. B. Tauris, 2004, 256 pp.

A criação do Hezbollah é uma consequência da Revolução Iraniana, nomeadamente da política de Khomeini

de fazer alastrar os seus valores ao resto do mundo árabe e islâmico. O Hezbollah, um dos instrumentos da política externa de Khomeini, tornou-se conhecido pelos seus métodos violentos, em particular, pelos atentados suicidas com «mártires» que ofereciam a sua vida no combate contra os «infiéis».

O Hezbollah serviu como porta que permitiu ao Irão entrar no Médio Oriente árabe e expandir a sua influência em zonas de tradição sunita. O Irão explorou a alienação da comunidade xiita libanesa e recrutou nela os mais ardentes combatentes da sua causa.

O Hezbollah e os xiitas iriam ficar ligados aos acontecimentos sangrentos que marcaram a segunda fase da guerra civil libanesa, iniciada em 1975, e agravada pela invasão do Líbano, em Junho de 1982. A invasão israelita e a presença de tropas estrangeiras deram ao Hezbollah e aos seus correligionários o ensejo para embarcarem na última fase da «Guerra Santa para pôr fim ao domínio do Líbano pelos adoradores da Cruz e os seus chefes, os Cruzados».

As actividades terroristas no Líbano eram dirigidas a partir de Teerão pelos iranianos e contavam com o apoio da Síria. Estes dois países são ainda hoje os principais patronos do movimento.

O Hezbollah é um movimento digno de estudo devido às suas realizações e à sua evolução singular no contexto do Médio Oriente. Com o passar dos anos, o Hezbollah tornou-se um partido político com assento no parlamento, plenamente integrado no xadrez político libanês, e apoiado por franjas cristãs e sunitas. É um movimento que possui uma infra-estrutura importante de apoio social (bancos, cooperativas, clínicas e meios de comunicação social), o que explica a sua popularidade. Possui igualmente uma televisão que transmite por satélite para outras partes do mundo. Finalmente, é uma verdadeira lenda no mundo árabe: é a única força que

pode reivindicar para si os louros pela retirada de Israel do Sul do Líbano em 2000. O Hezbollah tem vindo a ganhar capacidade para arquitectar uma campanha terrorista à escala global. Acredita-se que a sua capacidade para projectar atentados seja temível. Em termos de ameaça, o Hezbollah figura em segundo lugar na lista dos grupos mais perigosos do mundo. Os especialistas americanos receiam que o Hezbollah junte forças com a Al-Qaida, o que criaria um cenário apocalíptico. O grupo tem expandido a sua infra-estrutura terrorista no estrangeiro, em zonas como o Sudão, a Europa e a América Latina. São mais do que razões suficientes para ler o livro de Judith Harik.

GILLES KEPEL, THE WAR FOR MUSLIM MINDS: ISLAM AND THE WEST

Cambridge, Belknap, 2004, 336 pp.

A ideologia da Al-Qaida reflecte a solidariedade de vários movimentos, grupos, e, por vezes, células *ad hoc*, os quais agem sob a alçada de interpretações radicais e díspares do Islão. Bin Laden e restantes líderes da Al-Qaida manipulam facilmente os sentimentos de desespero e insatisfação de muitos muçulmanos ao afirmarem que lutam em defesa do Islão, dando às suas acções legitimidade religiosa. Assim, na visão radicalizada da Al-Qaida, a *jihād* tornou-se no principal dever dos muçulmanos e deve ser promovida em relação a todos os outros de forma a favorecer a luta global contra os infiéis: uma interpretação que não se coaduna nem com a doutrina secular e dominante do Islão sunita, nem com a prática do mundo muçulmano.

Kepel afirma que a ideologia do islamismo radical é um produto híbrido e moderno, fruto de duas grandes correntes fundamentalistas: o salafismo saudita (ou wahhabismo) e a ideologia da Irmandade Muçulmana. Mohammed Ibn 'Abd al-Wahhab, um doutor muçulmano, iniciou um movimento fundamentalista entre as tribos da Arábia Central. Os ensinamentos de Wahhab atraíram a atenção de Mohammed ibn Saud, um líder tribal que iria desafiar o domínio otomano da Arábia, unificando as tribos e conquistando Meca em 1830. O Estado saudita contemporâneo (criado em 1932 por Abdul Aziz ibn Saud) é herdeiro dessa aliança entre o poder político dos Saud e o ardor puritano e conservador do wahhabismo. Por sua vez, o precursor moderno dos actuais movimentos islamistas surgiu no Egipto, nos anos 30, pela mão de um professor primário, Hassan al-Banna, num contexto de crise nacional devido à ocupação inglesa. O movimento fundado por Al-Banna, a Irmandade Muçulmana, combinava um programa de revivalismo religioso com uma agenda de reforma social, económica e política. A Irmandade tornou-se uma multinacional da ideologia fundamentalista.

Nos últimos vinte anos, tem-se verificado um processo de consolidação de várias correntes e doutrinas radicais em várias partes do mundo muçulmano e ocidental como resultado de *jihads* ou conflitos inter-religiosos, como o Afeganistão, Bósnia, Albânia, Kosovo e Tchetchénia. Estas guerras, em particular o conflito soviético-afegão, permitiram a globalização das ideologias radicais e levaram à criação da

organização transnacional que personifica a luta contra o Ocidente. O livro de Kepel demonstra que a Al-Qaida é uma mistura de ideologia antiga e de meios modernos, o que faz dela um fenómeno difícil de extirpar. No seio das comunidades muçulmanas do Ocidente, está em curso um profundo debate que opõe as correntes tradicionais às correntes extremistas. O livro de Kepel é indispensável para compreender esse debate e o futuro do Islão na Europa.

EVAN F. KOHLMANN, AL-QAIDA'S JIHAD IN EUROPE: THE AFGHAN-BOSNIAN NETWORK

Oxford/Nova York, Berg, 2004, 288 pp.

Com o 11 de Setembro, os investigadores europeus descobriram uma imagem do Velho Continente que dificilmente poderiam imaginar: um santuário, uma base logística e um quartel-general para a organização Al-Qaida e as redes afiliadas. Os países europeus são um ponto fulcral para o apoio às redes que a Al-Qaida apoia, assim como para as actividades das quais depende, tal como a recolha de fundos, o recrutamento e a propaganda. A Europa constituiu o principal local de preparação para os ataques do 11 de Setembro de 2001 nos EUA.

Para se compreender o alcance da Al-Qaida na Europa de hoje, é importante perceber que, nas últimas décadas, houve uma mudança do centro de gravidade da actividade islâmica do mundo árabe para a Europa. Um factor que explica a centralidade da Europa para a galáxia islâmica extremista foi a Guerra

da Bósnia nos anos 90. O livro de Kohlmann é uma investigação rigorosa e em primeira-mão sobre o desenvolvimento na Europa de um núcleo de extremistas dedicados: eles entregaram-se à tarefa de estabelecer, no Velho Continente, uma rede tentacular de células ligadas a bin Laden. A Bósnia passou a figurar, no imaginário islâmico extremista, como o «novo Afeganistão», ao mesmo tempo campo de treino e cadinho de fermentação ideológica.

Com o fim da guerra no Afeganistão, os árabes-afegãos encontraram na Guerra da Bósnia uma nova razão de existência para o prolongamento da «jihad permanente». Cerca de cinco mil guerrilheiros ocorreram aos Balcãs para defender os seus «irmãos muçulmanos» – irmãos que os *mujahidín* acharam ser demasiado tíbios na fé. O conflito na Bósnia aconteceu nos primeiros anos da existência da Al-Qaida. Foi uma importante experiência para o grupo, tanto a nível ideológico, como a nível operacional. Situados no Centro da Europa, os Balcãs serviram de placa giratória para o acesso a países onde a Al-Qaida se veio a radicar: Itália, Alemanha, França, Reino Unido, Espanha, Holanda, Bélgica e Suíça. Geograficamente, a Europa está situada numa parte estratégica do mundo, com bons meios de transporte e de comunicação com o Médio Oriente, a Ásia e os Estados Unidos. Além disso, os terroristas podiam viajar facilmente, coordenando as actividades das células graças às poucas restrições que existiam às deslocações no espaço da União Europeia. O livro de Kohlmann é uma leitura aliciante e esclarecedora para quem quiser perceber como a

Al-Qaida se enraizou na Europa. Tal como na Guerra do Afeganistão – outro laboratório de extremismo –, a ameaça foi detectada quando já era demasiado tarde para impedir que produzisse os seus terríveis efeitos.

RICARDO ALEXANDRE, PALESTINA, VIVER NA INTIFADA

Lisboa, Sete Caminhos, 2004, 148 pp.

Ricardo Alexandre é um jornalista da RDP e da RTP, com ampla experiência na cobertura de crises e guerras internacionais, como o Kosovo, Afeganistão e Iraque. O seu livro, *Jugoslávia, Cicatrizes para o Futuro*, foi distinguido em 1999 pelo Clube Português de Imprensa com o prémio Reportagem Rádio. O livro de Ricardo Alexandre é uma crónica da sua visita aos Territórios Ocupados/Israel alguns meses após a explosão da Segunda Intifada, em 2000. É um livro que entrelaça a crónica jornalística com trechos da história desta zona que permitem enquadrar e compreender os acontecimentos. Como crónica da sua jornada em Israel, está intercalado de notas de viagem, apontamentos de reportagem e episódios curiosos. Destaque-se o seu relato da visita ao famoso campo de refugiados de Khan Younis e ao colonato de Gush Katif, em plena Faixa de Gaza, assim como a visita ao campo de refugiados de Jabalya, nos arredores de Gaza onde se iniciou a Intifada. Ricardo Alexandre regista as impressões de Ramallah, a cidade na Cisjordânia onde está instalada a Autoridade Palestina com a sua sede, a Muqata, e não fecha os olhos à opulência das casas dos chefes da Fatah.

O livro reporta alguns dados impressionantes. Dos sete milhões de palestinianos que existem no Médio Oriente, apenas três milhões e 300 mil vivem nos Territórios Ocupados: dois milhões na Cisjordânia e um milhão na Faixa de Gaza. Gaza tem apenas 45 quilómetros de extensão e 6-13 quilómetros de largura e apresenta a maior concentração de população *per capita* do mundo. O autor nota que a população palestiniana é muito jovem, metade da qual com menos de 15 anos de idade. Dois terços da população vivem abaixo do limiar de pobreza e a taxa de desemprego ronda os 50 por cento.

Do livro transparece de forma pungente a sensação de humilhação, de sacrifícios, de privações e incómodos diários a que são submetidos os palestinianos. Ricardo Alexandre descreve as viagens que efectuou a bordo dos transportes públicos usados

pelos palestinianos e o tempo que demora às pessoas deslocarem-se entre locais próximos dentro dos Territórios Ocupados. O mapa dos Territórios Ocupados é uma autêntica manta de retalhos, onde as áreas palestinianas aparecem como manchas dispersas pela Faixa de Gaza e pela Margem Ocidental. Estas áreas são cortadas em sentido longitudinal e transversal por auto-estradas e estradas militares que seccionam os territórios palestinianos e ligam os colonatos entre si. Estão semeadas de *checkpoints* que permitem aos israelitas controlarem os movimentos da população palestiniana e que tornam as deslocações particularmente penosas.

Palestina, Viver na Intifada é um livro que se pretende modesto, despretencioso, mas que contém muita informação e é de leitura fácil e agradável.

Maria do Céu Pinto